

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP. SC
Al FGC

Distribuição gratuita

Audiência pública faz diagnóstico do sistema carcerário

Parlamentares da CPI da Câmara dos Deputados constataam problemas em Santa Catarina, a exemplo do resto do país

Páginas 6 e 7

Sessões homenageiam CREA, Beto Carrero e Florianópolis

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Em solenidade concorrida, Parlamento destaca 50 anos do CREA

Os 50 anos do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) foram destacados, dia 17, em Plenário. Na sessão, foram lembrados os desafios da entidade nesse meio século de atuação. No dia 25, a Câmara de Vereadores da Capital realizou no Plenário Osni Régis solenidade para marcar os 282 anos de Florianópolis. No dia 26, a Assembleia fez homenagem póstuma ao empresário João Sérgio Murad, o Beto Carrero, morto em fevereiro em consequência de problemas cardíacos.

Páginas 3, 4 e 5



Crianças e atores circenses marcam homenagem a Beto Carrero

APROVADOS

Plenário admite MP do Programa Educar

Página 10

Criada Semana de Combate ao Assédio Moral no Trabalho

Página 10

Lei proíbe desfiles com modelos de baixo peso

Página 11

Motociclistas questionam aumento do seguro obrigatório

O aumento do seguro obrigatório das motocicletas e as poucas lojas especializadas na venda dos novos materiais obrigatórios para circulação marcaram audiência pública, realizada dia 25, no Auditório Antonieta de Barros. Promovida pela Comissão de Transportes, a pedido da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Associação dos Motoboys de Florianópolis, a reunião debateu arrecadação, distribuição e aplicação dos recursos por Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat) e a Resolução n.º 219 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), de janeiro de 2007.

Página 5



Motoboys se manifestam com faixas contra valor cobrado pelo seguro obrigatório, de R\$ 254,67

Confira caderno especial "As Riquezas da Grande Florianópolis"

OPINIÃO

Aprimorando idéias

Desde o dia 1º de fevereiro está proibida a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos situados às margens das rodovias federais, resultado da edição da Medida Provisória 415/2008, do Governo Federal. A medida, que procurou frear a violência nas estradas, acabou interferindo em aspectos econômicos, gerando muita polêmica.

Há quem se coloque a favor da proibição, alegando que o álcool é um dos principais responsáveis pelos desastres que acontecem diariamente nas rodovias. Há também os que argumentam contra, defendendo o direito garantido pela Constituição de qualquer cidadão explorar atividade econômica lícita e gerar empregos. Analisando este cenário, não podemos deixar de reconhecer o mérito de tal medida, mas sabemos também que ela só se tornará eficaz depois de implementadas melhorias e de uma fiscalização eficiente. O Estatuto da Criança

e do Adolescente proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos e prevê pena de reclusão de dois a quatro anos e multa pelo descumprimento da lei. Mas sabemos que por consequência de fiscalização ineficiente, na prática isso não ocorre, e a medida acaba tornando-se inócua.

Do ponto de vista econômico, a proibição da comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias estaduais pode tornar-se bastante prejudicial. A produção de vinhos em nosso estado vive um momento de pleno desenvolvimento, e é inevitável a preocupação se considerarmos a localização de algumas vinícolas e casa de produtos artesanais.

Com o objetivo de melhorar a aplicação da restrição no âmbito estadual e evitar prejuízos que poderiam interferir no desenvolvimento econômico de algumas regiões, sugerimos emenda ao projeto de

lei nº 18/08, que altera o parágrafo único do art. 1º da lei 14.322/08. A proposta pretende excetuar da restrição estabelecimentos comerciais situados em perímetros urbanos, nas áreas rurais urbanizadas e nos empreendimentos turísticos. A liberação abrangerá também as promoções realizadas por instituições legalmente constituídas (CTGs, capelas, associações) e a comercialização realizada diretamente pela indústria de bebidas alcoólicas e de produção artesanal.

A exemplo do que já aconteceu em outros países, este é apenas o início de uma discussão que ainda deve permanecer. Mas só assim, aprimorando idéias e ações, contribuiremos para a construção de uma política pública eficiente para o controle do consumo de bebidas alcoólicas em nosso país.

Deputado Romildo Titon
(PMDB)

Administrar a educação, planejar o futuro

Dizer que a educação é fundamental para o futuro de qualquer país é chavão. Questiono, então, o que alguns governos esperam para começar a efetivamente “administrar” a educação, e com isso, gerir também o futuro. A crise nas escolas públicas estaduais de Santa Catarina, hoje, é o resultado da omissão e do descaso na administração da educação.

É claro que alguns fatores maiores, como os próprios problemas sociais, agravam o quadro. Mas o essencial, neste caso, é a falta de planejamento, de perspectivas mínimas para a evolução qualitativa e quantitativa da estrutura física, de trabalho e no que se refere ao quadro de servidores da educação.

Vamos a exemplos mais claros e simples. O Governo do Estado encaminhou Medida Provisória (MP) criando o Prêmio Educar, abono concedido exclusivamente aos professores que estão em

sala de aula. Não há, na proposta, qualquer previsão de quanto isso custará aos cofres do Estado. Bem, se há pouco dinheiro para melhorar a estrutura e os salários, penso que qualquer recurso deve ser tratado com cuidado.

Outra questão. Diversas escolas foram construídas ou reformadas recentemente. Sem qualquer explicação plausível, em dois, três anos elas enfrentam problemas de estrutura. Bem, se o dinheiro é contado centavo a centavo, se não temos recursos, aguardo uma razão para que sejamos obrigados a gastar, mais uma vez, para contornar um problema que julgava-se resolvido.

Fazer “política pública” de educação não é usar a educação como política. É preciso pensar e planejar com mais responsabilidade, para que não sejam apenas ações casuísticas, como “abonos”, reformas de fachada e ações paliativas. E não

adianta, tampouco, gastar alguns milhões em marketing e publicidade, para tentar convencer que está tudo bem.

O município de Guaraciaba, que administrei de 1997 a 2002 enfrentava, há 12 anos, todo tipo de dificuldade financeira, contudo, não deixou de debater com o quadro de servidores uma saída para a educação do município. O resultado, hoje, é que o Plano de Cargos e Salários permite um vencimento digno aos educadores e trabalhadores, que levou a mais qualificação profissional. Nem por isso o município está quebrado. Pelo contrário, mantém uma gestão de excelência.

Não houve mágica, apenas austeridade, planejamento e prioridades. E uma delas foi valorizar o professor, qualificá-lo e melhorar sua estrutura de trabalho.

Deputado Padre Pedro
Baldissera (PT)

Lançamento do Instituto Humanizare

O Instituto Humanizare, que foi lançado no dia 25, no Espaço Cultural Jerônimo Coelho, da Assembleia Legislativa, está iniciando oficialmente seu trabalho na área de promoção da saúde mental e prevenção à dependência química. O ato de lançamento foi marcado pela conferência “O impacto da dependência química no cenário atual”, proferida pelo vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (Abead), Marcos José Barreto Zaleski.

Entre as metas do Instituto Humanizare estão disseminar a cultura e incentivar a prática de

relações mais humanas, tendo como foco a preservação da vida. O início do trabalho do Instituto Humanizare será feito através de uma equipe interdisciplinar em uma comunidade do Morro do Mocotó, situado em Florianópolis.

Será feita uma intervenção na comunidade no sentido de que os indivíduos, organizações públicas e privadas saibam lidar com os desafios que a vida moderna vem gerando, suas conseqüentes transformações sociais, econômicas e culturais, valorizando a experiência e os sonhos de cada pessoa e resgatando vidas.

Programa Fala Jovem tem edição itinerante

O programa de auditório “Fala Jovem”, coordenado pela Escola do Legislativo em parceria com a TVAL, agora é também itinerante. No primeiro programa deste ano, gravado no dia 13 deste mês, no estúdio de TV do Núcleo de Comunicação da Faculdade Estácio de Sá, em São José, reuniu os alunos dos cursos de Jornalismo, matriculados na disciplina de Telejornalismo II, e do curso de Publicidade e

Propaganda, para debater com o deputado Pedro Uczai, líder da bancada do PT, o “Sensacionalismo nos Meios de Comunicação”. O programa vai ao ar aos domingos, às 14h20min, pela TVAL, nos canais 16, da NET, e 23, da TVA, ou na Internet, no endereço www.alesc.sc.gov.br. Os estudantes ou os professores interessados em participar das gravações podem inscrever-se no site da Escola do Legislativo.

[AGENDA]

• 31 de março, 14 horas: Comissão de Finanças – Audiência pública “Reforma Tributária em discussão no Congresso Nacional”.

Locais: Auditório Deputada Antonieta de Barros

• 31 de março, 19 horas: Abertura da Mostra Fotográfica Internacional “100 Histórias”, dos fotógrafos europeus Matt Corner e Guilherme Valle

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Assembléia presta homenagem a Beto Carrero

Sessão solene destaca trajetória de empresário falecido em fevereiro, vítima de problemas cardíacos

Denise Arruda Bortolon

A Assembléia Legislativa prestou homenagem póstuma, dia 26, a João Sérgio Murad, o Beto Carrero, morto em fevereiro vítima de problemas cardíacos. A sessão solene reuniu autoridades, familiares e amigos do empresário, além de funcionários do Beto Carrero World. Ao longo da solenidade, foi contada a história do menino que sonhava em ser o "Zorro brasileiro" e que, em 1991, conseguiu transformar seu sonho no maior parque temático da América Latina e quinto maior do mundo. Neste período, o empreendimento já recebeu cerca de 10 milhões de visitantes.

A autora da homenagem, deputada Ada De Luca (PMDB), mencionou o zelo do empresário que era incansável: analisava no-

vos projetos durante a madrugada e fotografava o que considerava importante para discutir com os seus colaboradores. O tratamento dedicado aos amigos também foi ressaltado pela parlamentar. Ada conheceu Beto Carrero em Brasília quando participava da Festa dos Estados promovendo Santa Catarina e seu parque. "Ajudei ele buscando apoio até para alugar o seu amigo inseparável, Faisca, ou para resolver entraves burocráticos", observou.

Falando em nome dos partidos com assento na Casa, o deputado Serafim Venzon (PSDB) destacou realizações de Sérgio Murad antes da criação do parque, como a agência de publicidade do empresário que ficou entre as 20 maiores naquele período. Venzon falou do sonho de Beto. "O personagem era

uma homenagem ao seu pai, Alexandre Carrero. Ele adotou o nosso estado para idealizar seu sonho de criança e colocou as cidades de Penha, Navegantes e Piçarras, na rota turística do país", destacou.

Conforme Venzon, o "cow-boy" foi mestre do improviso com sua arte e seus sonhos. "Ele construiu castelos, montanhas russas e o encantado parque. Sua fantasia contagiou a todos, de uma palmeira idealizava um jardim, de uma poça de água, uma lagoa. Tudo o que colocou a mão deu certo. Fazia com carinho, apreço e determinação", afirmou.

O Coral dos Servidores da Assembléia Legislativa e as crianças do Circo Escola do Instituto Beto Carrero se apresentaram na sessão. Os convidados foram recepcionados por personagens do parque.



Artistas do parque temático apresentam seqüência de exercícios

Governador destaca pioneirismo de empresário

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) afirmou que Murad realizou o primeiro empreendimento catarinense tendo como diretriz o turismo de eventos e cultural. Uma indústria criativa, segundo ele, que mais cresce em todo mundo e representa 30% de todos os empregos. "A sua caminhada resultou neste exemplo para todo o continente, exemplo que não é reconhecido tardiamente nesta Casa, que há 13 anos já concedia a ele o título de cidadão honorário de Santa Catarina. A homenagem demonstra todo o grau de reconhecimento a esse cidadão", acrescentou.

O governador fez comparações entre Juscelino Kubitschek e Beto Carrero. Para ele, no funeral de JK o povo chorava sua morte sonhando com a liberdade e no de Beto o povo chorava sua morte com a certeza da alegria, do lazer, do entretenimento. "Por isso comparo o que vi nos dois funerais, rostos tristes e emocionados em Brasília porque perdiam o líder da liberdade, e na Penha porque perdiam o autor de sua alegria, de sua emoção, sensa-



Observada pelo governador, Ada entrega a Alexandre Carrero, filho do empresário, placa de homenagem

ção, entretenimento, e seu espaço mágico de lazer", concluiu.

O filho de Beto Carrero, de Alexandre Carrero, que tem o mesmo nome do avô, agradeceu a homenagem em nome de sua família. Ele disse que "Beto foi um homem a

quem um dia Deus deu um chicote, um chapéu e um cavalo e disse vai conquistar o mundo". E completou: "Criou o seu próprio mundo. Em um terreno abandonado plantou uma árvore e construiu um lindo parque. Deus lhe deu filhos e ami-

gos que vão continuar o seu sonho. Represento a família e a legião de amigos que nunca lhe faltaram e nunca vão nos faltar. Só morre de todo quem morre esquecido e meu pai viverá para sempre", falou emocionado.

Prêmio de excelência

O governador Luiz Henrique aproveitou a oportunidade para anunciar que em breve irá ao Parque Beto Carrero acompanhado do vice-governador Leonel Pavan, do secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, Gilmar Knaesel, e deputados, para assinar um Projeto de Lei criando o troféu Beto Carrero de Excelência no Turismo. O prêmio deverá ser outorgado a três pessoas por ano.

Ele também pretende assinar um convênio de R\$ 7 milhões, com recursos do Fundo Cultural e do Turismo, para ajudar na implantação da Escola de Excelência em Ginástica, "que vai ser a Escola Bolshoi da ginástica", comparou.

Sessão solene marca aniversário de 282 anos de Florianópolis

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Proposta pela Câmara de Vereadores, cerimônia destaca história de conquistas da Capital catarinense

Tatiani Magalhães

Os 282 anos de fundação de Florianópolis, ocorrida em 23 de março de 1726, foram comemorados em sessão solene no dia 24, no Plenário da Assembléia Legislativa. Proposta pela Câmara de Vereadores da Capital, a solenidade teve como objetivo a entrega de três diferentes honrarias: Medalha do Mérito e Diploma Francisco Dias Velho, Medalha de Mérito do Município de Florianópolis e Título de Cidadão Honorário.

A comemoração contou com a presença de deputados estaduais, vereadores, homenageados e demais autoridades, entre elas o prefeito Dario Berger (PMDB).

Presidida pelo vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior (DEM), presidente da Câmara Municipal de Florianópolis, a sessão foi prestigiada pelo presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), e diversas autoridades. O desenvolvimen-

to e as mudanças vividas pela cidade desde sua fundação até os dias atuais foram destacados na solenidade.

Em nome de todos os vereadores presentes, o vereador Gean Marques Loureiro (PMDB) afirmou que a emancipação política de Florianópolis foi conquistada com sucesso através dos Planos Diretores desenvolvidos. "Hoje Florianópolis possui uma população com um pouco mais de 400 mil habitantes e está classificada como a segunda capital brasileira com melhor qualidade de vida. O desenvolvimento econômico e social são fatores que contribuem para essa conquista", comentou.

De acordo como o prefeito Dario Berger, o município tem muito a comemorar, uma vez que a população da Capital se multiplicou nas ultimas três décadas. "A população vem crescendo e, com ela, é necessário implantar um conjunto de ações pela administração. A cidade



Solenidade, que teve 46 homenageados entre pessoas e entidades, lotou Plenário Osni Régis

sofreu grandes transformações geográficas para melhorar sua estrutura, todas as mudanças propostas no plano diretor são elaboradas democraticamente", salientou.

Honrarias

Após os pronunciamentos, foram entregues as honrarias a 46 homenageados. A Medalha

de Mérito do Município de Florianópolis foi criada em 1960 e é concedida aos que, por serviços relevantes, tiverem concorrido para o engrandecimento do município.

O Título de Cidadão Honorário é concedido a pessoas não-nascidas na cidade e que, reconhecidamente, tenham prestado serviços relevantes ou apresentado atitudes exempla-

res a Florianópolis, ao Estado ou à humanidade. O deputado Joares Ponticelli (PP) recebeu este reconhecimento.

A Medalha do Mérito e Diploma Francisco Dias Velho foram criados em 1976 e são o reconhecimento do povo da Capital aos cidadãos florianopolitanos que tenham se destacado para o desenvolvimento da comunidade.

Seguro obrigatório mobiliza motociclistas

Motociclistas questionaram, em audiência pública, dia 25, o aumento do seguro obrigatório das motocicletas e as poucas lojas especializadas na venda dos novos materiais obrigatórios para circulação. A reunião no Auditório Antonieta de Barros foi promovida pela Comissão de Transportes, tendo sido solicitada pelo deputado Pedro Uczai (PT), a pedido da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e da Associação dos Moto-boys de Florianópolis.

Os participantes centraram foco na arrecadação, distribuição e aplicação dos recursos por Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat) e na Resolução n.º 219 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), de janeiro de 2007.

"Temos que debater tudo o que não está claro, como, por exemplo, que parte desses recursos fica com o governo do Estado", instigou Uczai.

De acordo com a represen-

te do Detran, Lina Zimmerman, o órgão somente fiscaliza e faz o controle do pagamento do DPVAT. O débito não vai para o Detran. "Os recursos do DPVAT são distribuídos para vários ministérios, como o da Educação, do Transporte e da Cidade", observou.

O representante da UGT, Nicolau de Almeida Neto, questionou por que um trabalhador que utiliza a moto tem que pagar R\$ 254, 67 para garantir o seguro, enquanto que um carro paga R\$ 84. "Isso tem dificultado muito a vida do motoqueiro, pois em qualquer situação de acidente ele é a vítima. Na verdade, entendemos que esse reajuste vem do interesse das seguradoras", afirmou.

Neto disse ser a favor da Resolução n.º 219 por ser um importante instrumento para garantir segurança. "Vamos trabalhar junto às prefeituras para regulamentar essa resolução. É uma ferramenta imprescindível para garantir segurança a todos".



Audiência é promovida a pedido da União Geral dos Trabalhadores e da Associação dos Moto-boys de Florianópolis

Resolução n.º 219

A Resolução n.º 219, de 11 de janeiro de 2007, estabelece requisitos de segurança para transporte remunerado de cargas por motocicleta e motoneta. As motocicletas deverão ter sua placa de identificação em uma cor a ser definida e dispositivos para transporte de cargas, obedecendo aos limites e condições estabelecidos pelos fabricantes ou importadores dos veículos. O condutor da motocicleta deverá utilizar capacete que contenha faixas e utilizar colete para favorecer a visualização.

INSTITUCIONAL

Parlamento destaca 50 anos do CREA

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia completa meio século de atuação em Santa Catarina

Graziela May Pereira

O Parlamento prestou homenagem, dia 17, aos 50 anos de fundação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC). A sessão solene foi requerida pelos deputados Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e Décio Góes (PT).

“O CREA foi instituído quando havia poucos profissionais no estado. Hoje representamos a maior comunidade de profissionais de Santa Catarina. Ainda temos muitas tarefas para fazer como a consolidação do mercado de trabalho, mas estamos preparados para avançar nesse futuro”, disse Góes na abertura da sessão.

Conforme o presidente interino do CREA, João Batista Gonçalves, foram muitos os desafios na trajetória de 50 anos. Entre eles, ressaltou a luta pela implantação e a construção da sede atual da entidade. “Esperamos cada vez mais buscar pelo melhor e por isso parabeno a cada um dos participantes do CREA que ajudaram a escrever essa bela e forte história”, destacou.

Gonçalves ressaltou o fortalecimento das entidades de classe e o lançamento de diversos serviços beneficiando os profissionais registrados e a comunidade catarinense.



Engenheiro José Carlos fala na sessão em nome dos ex-presidentes e conselheiros do CREA

A solenidade homenageou 26 profissionais da área. Em nome dos ex-presidentes e conselheiros do CREA, o engenheiro José Carlos Ramos Filho se mostrou emocionado com o evento. “Essa noite para mim é profundamente gratificante. Eu vi muita coisa e me sinto orgulhoso de fazer parte dessa história.”

A cerimônia ainda contou com a presença de ex-presidentes, conselheiros, inspetores, deputados federais e estaduais, presidentes de CREAs e de entidades de classe, funcionários, profissionais e sociedade em geral.

Na sessão, foi lançado o livro “CREA: 50 anos orgulhando Santa

Catarina”, escrito pelo jornalista Moacir Pereira, que trata de pensamentos e realizações dos participantes do Conselho Profissional. “Já acompanhei muitas bandeiras do CREA. Bandeiras que visam o bem de Santa Catarina. É uma classe exemplar e que merece sempre a nossa homenagem”, afirmou o autor.

Radiografia de serviços

Ao fiscalizar o exercício ilegal das profissões, coibindo a atuação de leigos no mercado e garantindo mais segurança para todos, o CREA trabalha para apoiar, orientar, fiscalizar e aprimorar as competências dos profissionais responsáveis pela maioria dos avanços tecnológicos que afetam diretamente a sociedade e o meio ambiente.

Para realizar esse trabalho, a entidade conta com uma estrutura sólida composta por representantes de instituição de ensino superior e de entidades de classe das áreas do sistema no estado, somando 86 conselheiros em seu plenário, divididos em oito câmaras especializadas.

No estado, o CREA possui 20 inspetorias regionais, oito escritórios de representação regional e quatro postos de atendimento, que levam os serviços do Conselho para perto dos profissionais e da comunidade catarinense.



Fórum propõe indicação para que lei estadual seja adaptada à federal

Fórum da Bacia do Rio Uruguai comemora Dia Mundial da Água

O Dia Mundial da Água, comemorado em 22 de março, foi lembrado no Legislativo pelo Fórum Parlamentar da Bacia do Rio Uruguai e Aquífero Guarani, presidido pelo deputado Renato Hinnig (PMDB). No encontro, os participantes do Fórum decidiram propor uma indicação para que o anteprojeto de lei do governo do Estado, referente ao meio ambiente e recursos hídricos, seja adequado à lei federal correspondente. Eles pretendem também realizar um trabalho de conscientização junto a todos os municípios do estado, além de prever recursos para a área no Orçamento 2009.

Na abertura do encontro, Hinnig leu um texto sobre a água, sua importância para a vida e sua distribuição no planeta. Participaram e deram inúmeras contribuições representantes de órgãos como

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável (SDE), Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Casan e Epagri, além de parlamentares.

O deputado Décio Góes (PT), presidente da Comissão de Turismo e Meio Ambiente, salientou a necessidade de uma reavaliação sobre tudo o que já foi feito e discutido, para que se promovam mudanças consideradas essenciais em projetos, ações, compromissos e contratos, e ainda refazer conceitos e alterar “o nosso modo de tratar os recursos hídricos, o que deve ser feito com mais responsabilidade”.

Para o deputado Edison Andriano (PMDB), que elogiou a iniciativa de Hinnig de realizar o encontro, é necessário chamar a atenção para a participação dos parlamentares na elaboração de uma política para o setor, harmonizando e priorizando recursos para o orçamento estadual

para 2009.

Também assistiram às explicações estudantes e professores da primeira turma da Unidade Projeto Pescar, do Departamento Estadual de Infra-estrutura (Deinfra), em cooperação com a Fundação Projeto Pescar. São jovens de famílias de baixa renda que estão aprendendo a profissão de auxiliar de laboratorista. Além de receberem qualificação profissional, aprendem ainda como tratar o meio ambiente.

O presidente do Fórum lembrou que sem água a vida como conhecemos seria impossível e que toda evolução e sobrevivência dos seres vivos depende dela. “Não é um recurso infinito e por isso precisamos encontrar o caminho adequado. Vamos reunir tudo o que foi discutido hoje e tentar sensibilizar para as mudanças necessárias”, informou Hinnig.

INSTITUCIONAL



Eduardo Guedes de Oliveira

Presidente da CPI, deputado federal Neucimar Fraga (PR/ES) comanda audiência pública para discutir ações para reverter a situação caótica do sistema, que classifica de "bomba-relógio"

CPI Federal avalia sistema carcerário em Santa Catarina

Comissão da Câmara dos Deputados visita Complexo Penitenciário da Agrônômica como parte das investigações nacionais e realiza audiência pública na Assembléia Legislativa

Os integrantes da CPI do Sistema Carcerário, que estiveram em Florianópolis, dia 26, visitando o Complexo Penitenciário da Agrônômica, constataram que Santa Catarina vive situação crítica no setor como o resto do País. "O sistema está falido. Já visitei cerca de 15 estados e pude verificar que está tudo caótico", observou o presidente da CPI, deputado federal Neucimar Fraga (PR/ES). O secretário executivo de Justiça e Cidadania de Santa Catarina, Justiniano Pedrosa, discordou da avaliação, afirmando que o estado está acima da média nacional.

Formada por deputados federais de seis estados, a CPI investiga o sistema carcerário brasileiro e busca soluções para o cumprimento da Lei de Execuções

Penais. A audiência pública realizada no Auditório Antonieta de Barros, que foi acompanhada pelo deputado estadual Elizeu Matos (PMDB), focou em problemas como a permanência no sistema de encarcerados que já cumpriram pena, a corrupção e o crime organizado e suas ramificações nos presídios.

Neucimar destacou que alguns estados visitados têm tentado investir na oferta de novas vagas, mas não conseguem porque a população, em muitos casos, não permite. "Nós temos uma bomba-relógio nas mãos, e a população não colabora. Não adianta a gente cobrar por segurança se ninguém quer como vizinho uma unidade carcerária", completou. Em Santa Catarina, o número

de encarcerados chega a quase 11 mil, podendo duplicar se os 10 mil mandados de prisão nas mãos de oficiais de justiça forem cumpridos. Segundo o secretário executivo de Justiça e Cidadania, Santa Catarina tem os recursos necessários para ampliar a rede, mas as comunidades sempre impõem restrições e tentam impedir a construção das novas unidades. "A sociedade tem que participar e deixar que os presídios sejam construídos. Não posso construir na Lua", falou Pedrosa.

O relator da CPI, o deputado Domingos Dutra (PT/MA), pediu contribuições para tentar recuperar os detentos. "Vimos muitas coisas por aí e o que está faltando é apoio e respeito a essas pessoas. É preciso debater propostas que

sejam benéficas a todos, aos delinquentes e à população", observou.

Ele se mostrou surpreso pelo estado estar fora do Programa de Aceleração do Crescimento da Segurança e garantiu que vai trabalhar para enviar recursos para Santa Catarina.

Denúncias

Na audiência, detentas do Presídio Feminino de Florianópolis denunciaram que um dentista estaria fazendo a cobrança de um serviço que deveria ser gratuito. A mulher de um detento transferido inesperadamente para o Presídio de Santa Augusta, em Criciúma, aproveitou também para denunciar agressão. Segundo ela, o marido e mais outros dois detentos foram

vítimas da ação dos responsáveis pela unidade. Segundo o relato, eles estariam há três semanas sem tomar banho, dormindo no chão e sem receber qualquer coisa levada pelos parentes.

O secretário de Justiça disse desconhecer a cobrança de serviços odontológicos e prometeu investigar e, comprovado o fato, adotar as medidas cabíveis. Em relação à denúncia de maus-tratos em Criciúma, o presidente da CPI pediu que os detentos fossem inicialmente ouvidos na Assembléia e encaminhados ao Instituto Médico Legal (IML) para exame de corpo de delito.

Depois de muita discussão, Fraga decidiu que os detentos serão ouvidos na Polícia Federal por questões de segurança.

Parque Metropolitano da Grande Florianópolis será implantado em etapas

Verlaine Silveira

Moradores do bairro Monte Cristo que participaram dia 26, na Assembléia Legislativa, da audiência pública para debater a criação do Parque Metropolitano da Grande Florianópolis, resolveram aceitar a sua implantação gratuita. A sugestão é do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que requisitou o encontro realizado pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa. O parlamentar é autor do Projeto de Lei nº 33/08, que visa à implantação do parque e está tramitando na Comissão de Finanças.

A comunidade acatou a idéia de ser feita a obra em uma área de 9.400 metros quadrados de terreno da Cohab, localizado no bairro, ficando os outros 12 mil metros quadrados para serem reivindicados posteriormente. Mas já avisou que não abre mão deles.

Cesar Souza Júnior, que integra a CCJ e presidiu a audiência, argumentou que essa é a melhor forma de conduzir a questão no momento e solicitou que a comu-

nidade "encare apenas como uma primeira etapa" e que ela não se desmobilize e lute para obter o restante.

A área pretendida deveria ir a leilão para o pagamento de compromissos da Cohab, questão que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) está tentando reverter a fim de que a comunidade do bairro Monte Cristo possa ter o seu parque da maneira como está idealizando. "Precisamos obter esse compromisso do governador e demover qualquer idéia de passar o restante do terreno para a área privada", anunciou Júnior.

Também participaram da audiência os deputados Professor Sérgio Grandó (PPS) e Renato Hinnig (PMDB), o presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Ptolomeu Bittencourt Júnior (DEM), a presidente da Cohab, Maria Darcí Mota Beck, a presidente da Associação dos Moradores do Bairro Monte Cristo, Melita Marques, o secretário regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina, e o professor Lino



Miriam Zomer

Audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça discute projeto de lei que implanta área de lazer

Peres, do curso de Arquitetura da UFSC e responsável pela elaboração do projeto do parque.

O parque

O projeto do parque foi elaborado conforme os anseios da co-

munidade do Monte Cristo e pre-miado na Bienal de Arquitetura, em São Paulo. Além do professor Lino, atuaram em sua elaboração uma equipe de arquitetos da UFSC e outra da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

Estão previstas ciclovias, uma

praça, quadras poliesportivas, quadra coberta, pista de skate, salas de aula, um auditório e ainda local para um centro comunitário. Também foram solicitadas pela comunidade oficinas e pontos de comercialização de produtos locais.

Candidato catarinense ao Parlamento italiano visita o Legislativo estadual

O empresário catarinense Itamar Benedet, de Criciúma, está concorrendo a uma vaga ao senado italiano. Na companhia do também candidato Luis Molossi, do Rio Grande do Sul, que busca uma cadeira como deputado, ele visitou, dia 26, a Assembléia Legislativa. Eles foram recebidos pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), e pelos demais parlamentares.

No dia 14 de abril, a Itália realiza eleições para escolher os 315 senadores e os 630 deputados que compõem seu Parlamento. Participam eleitores de dentro e fora do país, tendo direito a voto todos os descendentes com cidadania italiana, que vão se manifestar pelos Correios até o dia 10.

Benedet e Molossi fizeram pronunciamentos na tribuna, antes da sessão ordinária falando de suas campanhas e da segunda eleição ao Parlamento italiano da qual

participam os "oriundi" (descendentes de italianos) e os italianos que vivem fora de seu país.

Um dos temas da campanha eleitoral de Benedet é a reativação do Consulado Italiano para Santa Catarina, desativado na década de 1940, durante a Segunda Guerra.

Na Itália, são mais de 50 milhões de eleitores. Fora dela, votam aqueles que fixaram moradia em inúmeros países e os que conquistaram a cidadania por serem filhos, netos ou bisnetos de imigrantes italianos.

Somente no Brasil, são 192 mil eleitores. Destes, 13 mil estão em Santa Catarina. Eles residem, principalmente, em Criciúma. A disputa é acirrada entre brasileiros e argentinos pelas duas vagas para a Câmara de Deputados e as três para o Senado. Nas últimas eleições, em 2006, os argentinos ficaram com a maior parte das cadeiras.

Currículo

Itamar Benedet, 57 anos, é descendente de uma das famílias italianas fundadoras de Criciúma. Ele é presidente do Comitê de Associações Vênetas de Santa Catarina (Convesc) e representa os descendentes do Sul do Brasil. Benedet participa da chapa do Movimento Associativo Italiano All Estero, que defende os interesses dos italianos no exterior. Segundo contou, é partido novo e independente, formado nas bases das associações. Entre as bandeiras que pretende defender, além da reimplantação do Consulado Italiano em Santa Catarina, estão a reforma da rede consular no Brasil para agilizar os processos de dupla cidadania, a periodicidade mensal do "acego social" - uma espécie de seguro desemprego - e a equivalência de títulos universitários entre os dois países.



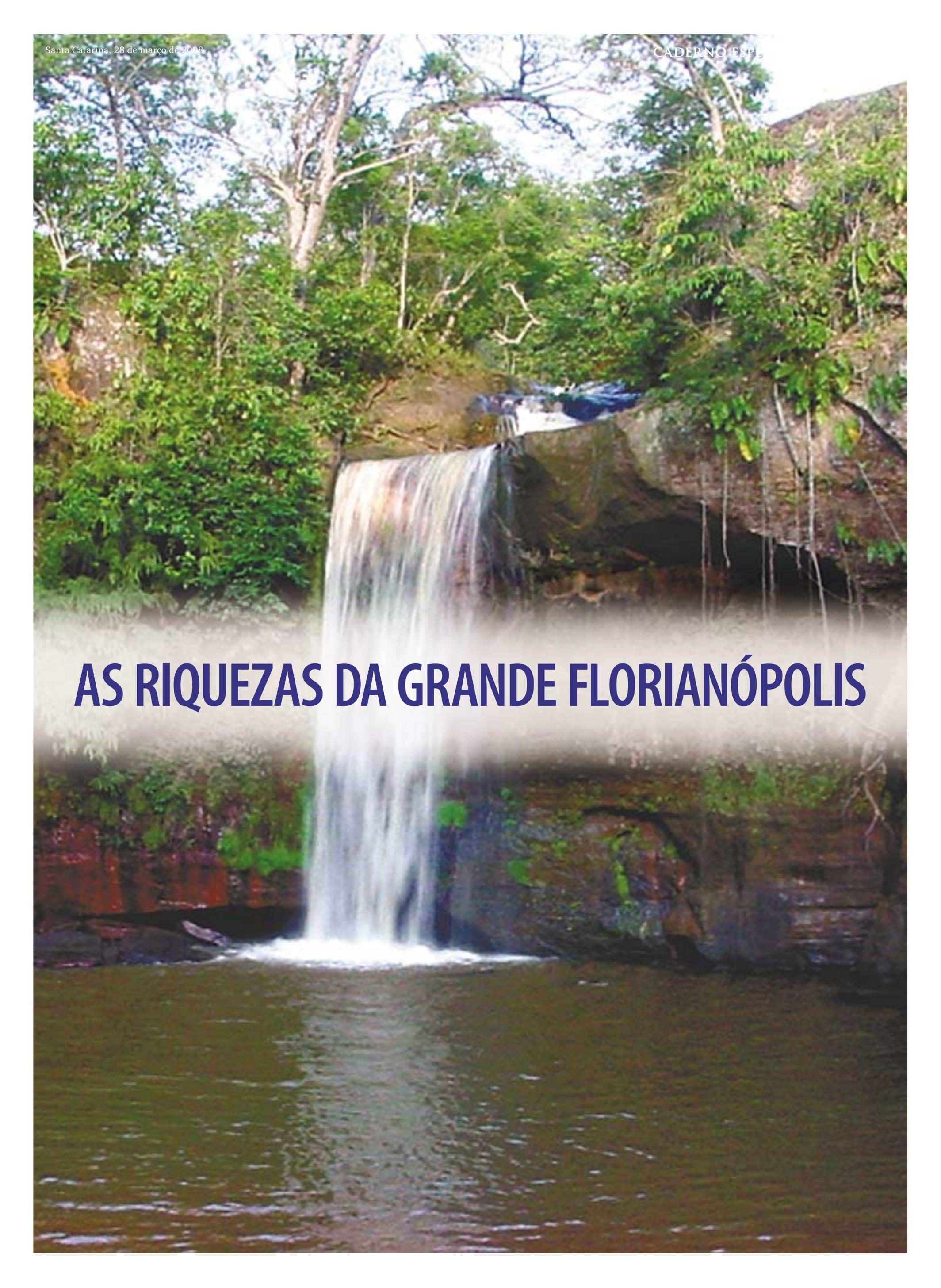
Miriam Zomer

Empresário Itamar Benedet, de Criciúma, disputa vaga

Renúncia abre vaga e provoca eleições

A renúncia do primeiro-ministro Romano Prodi, em janeiro deste ano, levou à convocação de um novo pleito. Prodi perdeu a maioria no Senado e era necessário reabrir a disputa para preencher cadeiras no Parlamento. O senador Luigi Pallaro e o deputado Ricardo Merlo, ambos argentinos, formaram chapas que têm quatro brasileiros em cada uma. Os eleitores italianos fora da Itália receberão pelos Correios o material para votar,

através do Consulado de Curitiba, que deve registrar retorno até dia 10, via Correios ou pessoalmente. Eleitores de 18 a 24 anos somente podem votar para deputado. Os de 25 anos ou mais elegem também os senadores. Cada um pode escolher dois nomes para deputado (do mesmo partido) e dois para senador (também de um só partido). Para vagas de representantes da América do Sul, há 45 candidatos à Câmara e 27 ao Senado.



AS RIQUEZAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

[EDITORIAL]

A força das regiões catarinenses

O **AL Notícias** retoma nesta edição as grandes reportagens publicadas em forma de cadernos especiais. De maneira a valorizar todas as regiões do estado, o suplemento de oito páginas, veiculado no final de cada mês, vai retratar as "Riquezas de Santa Catarina", radiografando o desempenho econômico, social, os indicadores da saúde, educação e as iniciativas bem-sucedidas para preservar o meio

ambiente.

Das cinco grandes regiões do estado, abrimos nossa série com a Grande Florianópolis e seus 22 municípios. Nesta edição, vamos conhecer a força do turismo, do pólo tecnológico, da maricultura e do cinturão verde, que garantem à região um desempenho exemplar na economia: o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina, atrás somente de Joinville.

Mais que isso: vamos saber porque a região é destaque em qualidade de vida, em educação e na taxa de mortalidade infantil, comparada à de Primeiro Mundo.

Segundo dados mais recentes da Secretaria de Estado do Planejamento, de 2005, a região responde por 12,87% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, com R\$ 10.980.158,00. O índice é puxado pela tecnologia, responsá-

vel por 34% da arrecadação.

Formada por 22 municípios, a Grande Florianópolis soma 940.339 habitantes. A região é representada pela Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (Granfpolis). Criada em 16 de outubro de 1968 e sediada na Capital, a associação trabalha pelo desenvolvimento integrado da região.

A diversidade ambiental, cultural e econômica enriquece

a região, conhecida em todo o país e no exterior tanto por suas belezas naturais quanto pela produção de conhecimento e de tecnologia.

As Riquezas das Regiões Catarinenses serão temas de outros cinco cadernos especiais do **AL Notícias**, publicados ao final de cada mês, que trarão as principais características e atrativos do Sul, Norte, Vale do Itajaí, Planalto Serrano e Oeste do estado.

A radiografia dos 22 municípios

Águas Mornas - A 37 quilômetros de Florianópolis, fica no Parque Ecológico da Serra do Tabuleiro. Criado em 1961, a origem de seu nome vem da temperatura de suas águas. Possui uma das melhores fontes termais de Santa Catarina. População: 4.400 habitantes.

Alfredo Wagner - A 88 quilômetros da Capital, foi desmembrado de Bom Retiro e declarado município em 1961. População: 9.754 habitantes.

Angelina - De colonização germânica e açoriana, foi emancipada em 1961. População: 5.322 habitantes.

Anitápolis - Emancipado em 1961, recebeu o nome em homenagem à heroína Anita Garibaldi. Tem potencial para o turismo ecológico. Colonizado por alemães, a maioria da sua população trabalha no campo. Possui 3.175 habitantes.

Antônio Carlos - Os parques aquáticos são a principal atração do município, também colonizado por alemães. A agricultura é a principal atividade. População: 7.087 habitantes.

Biguaçu - Já foi sede do Governo Colonial Português durante a invasão espanhola, em 1777. A provável origem do nome do município vem do Biguá, uma ave aquática preta e grande. População: 53.444 habitantes.

Canelinha - Desmembrou-se de Tijucas em 1962. Destaca-se na produção de cerâmica. População: 9.696 habitantes.

Florianópolis - Em 1675, Francisco Dias Velho funda a Vila Nossa Senhora do Desterro. Em 1748, mais de 5 mil açorianos

vieram para a Ilha por ordem da Coroa Portuguesa. É considerada a melhor capital brasileira em qualidade de vida. Suas praias e recantos atraem turistas do Brasil e do exterior. População: 396.723 habitantes.

Garopaba - Colonizada por açorianos, a cidade começou a ganhar projeção turística na década de 70, principalmente por causa do surfe. Possui 16.399 habitantes.

fauna e da flora. População: 12 mil habitantes.

Leoberto Leal - De origem germânica, o município foi desmembrado de Nova Trento em 1962. A produção de cebola e fumo é a base econômica. População: 3.589 habitantes.

Major Gercino - Colonizado por italianos, luso-brasileiros, alemães e poloneses, se destaca nos

Palhoça - Começou a ser povoada em 1793, recebendo mais tarde alemães e italianos. Foi emancipada em 1894. A economia se baseia em frutos do mar, como ostras e camarões e também na indústria. População: 122.471 habitantes.

Paulo Lopes - Cercado de fazendas, plantações de arroz, abacaxi e mandioca, o comércio do município é de subsistência.

morangos e na beleza natural seus principais atrativos turísticos. População: 2.772 habitantes.

Santo Amaro da Imperatriz - A descoberta da fonte de águas termais, em 1813, deu início à colonização da cidade. Em 1845, a então Caldas de Cubatão, como era chamada, recebeu a visita de Dom Pedro II e Dona Theresa Christina, que permaneceram no local por vários dias. Como homenagem à visita ilustre, o local passou a chamar-se Santo Amaro da Imperatriz. Hoje, suas águas termais têm fama internacional. População: 17.602 habitantes.

São Bonifácio - A antiga vila germânica destaca-se por suas paisagens naturais. População: 3.178 habitantes.

São João Batista - Antigamente, o destaque da cidade era a agropecuária, substituída hoje pela produção de calçados. População: 22.089 habitantes.

São José - A freguesia de São José da Terra Firme foi fundada em 26 de outubro de 1750. Em 1833 foi emancipada, desmembrando-se de Florianópolis. Hoje é um importante centro comercial da região e tem no artesanato de barro uma de suas fontes de tradição cultural. Tem 196.887 habitantes.

São Pedro de Alcântara - Foi a primeira colônia alemã em Santa Catarina, criada em 1829. População: 4.765 habitantes.

Tijucas - 1788 marcou o início da colonização de Tijucas. A madeira de lei passou a ser fonte de economia, atraindo indústrias ao local. Tem população de 27.804 habitantes.



vinhos e espumantes. População: 2.842 habitantes.

Nova Trento - É a segunda maior cidade turístico-religiosa do país. De colonização italiana, da região trentina, ganhou projeção com a canonização de Santa Paulina. População: 11.325 habitantes.

Localizada a 60 quilômetros de Florianópolis, 47% da sua área estão dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. População é de 6.830 habitantes.

Rancho Queimado - Com boa infra-estrutura turística, tem na gastronomia, produção de



Divulgação Santur

Grande Florianópolis oferece qualidade de vida

Florianópolis, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Tijucas, São João Batista, Biguaçu, Palhoça e Nova Trento

Dos 22 municípios da Grande Florianópolis, oito deles estão classificados entre os 100 melhores no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que investiga longevidade, educação e renda. Na lista, aparecem Florianópolis, São José, Santo Amaro da Imperatriz, Tijucas, São João Batista, Biguaçu, Palhoça e Nova Trento.

Florianópolis, que em 2007 chegou a 406 mil habitantes, é considerada a capital com mais alta qualidade de vida e a quarta melhor cidade do país para se viver, conforme os critérios da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina, a Capital possui a melhor qualidade de vida em virtude de diversos fatores, inclusive o turismo.

“O turismo de qualidade é o que garante a melhoria do nosso IDH. A região da Grande Florianópolis é uma região rica em todos os sentidos e é por isso que temos um Índice de Desenvolvimento Humano tão forte”, garantiu Gallina.

Evolução

O Brasil é um dos países que mais ganhou posições na classificação do IDH desde 1975. Atualmente ocupamos a 70ª posição. A maior parte da evolução brasileira ocorreu nas décadas de 70 e 80, quando o país saltou dez posições.

No intervalo entre 1975 e 1990 o país só não conquistou mais posições do que a Guiana (16 postos). O Brasil ganhou mais duas colocações na década seguinte e, de 2000 para 2001, pulou mais quatro.

Das três etapas estudadas no IDH, a renda foi a que menos contribuiu para a elevação do índice. Já na longevidade o Brasil teve resultados significativos. Em 25 anos, os brasileiros ganharam mais de oito anos de vida. A média de vida agora chega aos 68 anos.

Em Santa Catarina, a situação não é diferente. No último atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o estado ocupa a 2ª melhor posição, atrás apenas do Distrito Federal. Florianópolis aparece em segundo lugar no ranking das cidades com melhor IDH.

No ranking das 50 cidades com melhor IDH, Santa Catarina, aparece com o maior número de cidades, são 16 ao todo, como por exemplo, Balneário, Joinville e Blumenau.

Florianópolis é considerada quarta melhor cidade do país para se viver, segundo estudos da Organização das Nações Unidas, destacando-se na prestação de serviços

Capital tem melhor desempenho e Leoberto Leal, o pior

Florianópolis destaca-se como centro regional na prestação de serviços e no comércio. Atua como centro político-administrativo estadual. A indústria de inteligência e tecnologia também foi citada pelo secretário Gallina.

Já o município em pior situação é Leoberto Leal, que ocupa

a 255ª posição estadual. Com apenas 3.739 habitantes, a cidade vive basicamente da atividade rural com economia baseada na cultura do fumo e da cebola.

De acordo com o Atlas do PNUD, Palhoça foi um dos municípios que mais cresceu, sendo considerado de alto desenvol-

vimento humano. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a educação, com 40,4%.

Na Grande Florianópolis, Palhoça apresentou um crescimento de 11,42%, ocupando a quarta colocação no ranking da região metropolitana e saindo da 45ª ocupação no Estado, para o 35º lugar. Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda, a previsão para Palhoça para os próximos três anos é ainda maior. Em 2009, a projeção é que o município fique entre os 15 maiores arrecadadores do Estado e em 2010 a expectativa é que esteja entre os cinco maiores.

De acordo com a professora da rede estadual de ensino, Maria Helena Gonçalves, a educação tem demonstrado melhoras significativas nos últimos anos.

“Em Palhoça as coisas tem melhorado muito. Os professores estão mais qualificados e as condições de ensino estão ótimas. Os índices de reprovação e evasão são praticamente nulos. E acredito que toda essa melhoria está relacionada ao avanço do IDH”, disse.



Cieja Maria Braganholo

Com localização estratégica, Palhoça registra o maior crescimento da região



Divulgação Prefeitura de Leoberto Leal

Com 3.739 habitantes, Leoberto Leal ocupa 255ª posição no ranking do IDH estadual

O segundo melhor PIB de Santa Catarina

Tecnologia e turismo garantem à região fatia de 12,87% das riquezas produzidas no estado



Divulgação: Samtur

Destino certo de milhares de turistas no verão, região que tem em Florianópolis um dos carros-chefe está repensando a atividade, fugindo da sazonalidade e transformando-se em endereço para eventos, negócios e esportes

Responsável por 12,87% do Produto Interno Bruto (PIB) de Santa Catarina, a Grande Florianópolis não tem uma única fonte econômica. Embora a maioria possa pensar que o turismo seja a atividade mais forte, a tecnologia, na verdade, se traduz em números como a mais pujante, respondendo por 34% da arrecadação.

Com belas praias, boa comida e povo hospitaleiro, Florianópolis atrai todos os anos milhares de visitantes. Apesar da vocação turística, nos últimos anos a região transformou-se num centro de inovações tecnológicas e empreendedorismo, que a colocaram no radar de instituições como o Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Em 2006, a revista americana Newsweek incluiu Florianópolis na lista dos centros urbanos mais dinâmicos do mundo. Atualmente, o setor de tecnologia é o maior pagador de impostos em Florianópolis, chegando a 34% do PIB municipal.

A expansão tecnológica na região deve-se ao Celta (Centro

empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas), incubadora da Fundação CERTI (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras), de Florianópolis.

A incubadora da CERTI surgiu em 1986, em resposta aos anseios de desenvolvimento da capital catarinense, em viabilizar um promissor setor econômico, aproveitando os talentos e o conhecimento gerados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Na época da criação, o PIB de Florianópolis na área não passava de 1%. O Celta fica no Parque Tecnológico Alfa, também conhecido como ParqTec, que mantém 78 empresas de base tecnológica gerando cerca de 2.500 empregos diretos. Em 2007, o faturamento das incubadas alcançou aproximadamente 400 milhões de dólares.

No embalo da expansão tecnológica, foi criado o Sapiens Parque. “No ano passado, o setor gerou R\$ 12 milhões de impostos ao município. Mais do que se gastou para construir o Sapiens”, afirmou o gerente executivo do Sapiens Parque,

Leandro Carioni.

Inteligente

A criação de um pólo inteligente buscando o desenvolvimento da região é o principal objetivo do Parque. “Pensamos em fortalecer os setores econômicos que já são a vocação de Florianópolis como o turístico, serviços e tecnologia, sem deixar de lado as questões prioritárias como o meio ambiente e o bem estar social”, completou Carioni.

De 2000 a 2006, o número de empresas de tecnologia em Florianópolis mais que dobrou, de 165 para 366. Além de propiciar arrecadação de impostos 2,5 vezes maior que o tradicional setor de turismo, a tecnologia cria mais empregos – 63% mais só em 2006.

Hoje, Florianópolis se vê diante de alguns desafios. Um deles é atrair empresas maiores e continuar fornecendo a elas um bom contingente de talentos. A mão-de-obra qualificada continua sendo o grande desafio para o setor.



Eduardo Guedes de Oliveira

Localizado em Canasvieiras, Sapiens vai abrigar núcleos de geração de conhecimentos

Turismo quer deixar de ser atividade sazonal

No turismo, a região reúne conforto e agitação e, ao mesmo tempo, contato com o melhor da natureza. Mar, morros e vegetação de Mata Atlântica compõem um cenário deslumbrante. Autoridades do setor de turismo reconhecem que a atividade cresceu muito nos últimos anos, mas que é preciso vencer a barreira da sazonalidade.

Em Florianópolis, a herança dos colonizadores açorianos acrescenta charme e história às belas paisagens, tornando a cidade um centro de turismo internacional.

Na região, existem praias, cachoeiras, uma diversidade de patrimônio histórico e um extenso cinturão verde. Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas e Rancho Queimado são prova de que o turismo da região vai além do mar: o ecoturismo e o turismo de aventura encontram nessas opções boas opções de lazer.

“Conseguimos melhorar significativamente a qualidade do nosso turismo”, observa o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Gallina, que defende investimentos para atrair o turismo de negócios, de eventos, de esportes e, principalmente, o religioso.

“Queremos oferecer rotas alternativas aos nossos turistas e, conseqüentemente, oferecer um turismo de qualidade. Queremos trazer para cá um turista que gaste em média R\$ 250. Por isso, estamos trabalhando num

turismo com mais qualidade”.

A necessidade de segurar o turista na região fez com que investimentos em áreas até a pouco esquecidas começassem a aparecer. Entre eles, está o turismo de fé onde será implantada uma rota semelhante ao Caminho de Santiago de Compostela. “Essa rota passará por todos os municípios da região e acabará em Nova Trento. Queremos um turismo diferente, que possa ocorrer ano todo”, disse.

Os esportes radicais, as águas termais e a rota de imigração também fazem parte do novo turismo planejado para a Grande Florianópolis. “Temos que nivelar todos os aspectos e intensificar o turismo de eventos. Esse é o nosso grande desafio e acho até que é o futuro do nosso Estado”, afirma o secretário.

Conforme a diretora executiva do Convention & Visitors Bureau, Maria Cláudia Evangelista Pereira, o que traz o turista à região é a qualidade de vida que oferece. “As belezas naturais e a infra-estrutura com prestações de serviço adequadas completam o quadro. A região é muito rica em diversidade e isso é um ponto para nós.” Como grande desafio para o futuro, Maria Cláudia destaca a qualificação direcionada ao turismo internacional. “O Convention acha que é fundamental a reestruturação do Aeroporto Internacional de Florianópolis. Temos que estar adequados para receber mais turistas”, observou.

Cinturão Verde é sinônimo de prosperidade

Beterraba, pimentão, couve-flor e morango são alguns dos produtos que chegam à mesa dos catarinenses produzidos especialmente na Grande Florianópolis. A região concentra a maior produção de hortigranjeiros comercializados nas Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (Ceasa/SC), em São José.

De acordo com o Analista de Pesquisa de Mercado da Ceasa/SC, Emilio Ribeiro Neto, o estado é rico em microclimas, o que significa que na mesma região pode se cultivar diversos tipos de alimentos. “Atualmente a Grande Florianópolis é a região mais importante de Santa Catarina para os hortifruti-granjeiros. Nesses últimos anos já estamos abastecendo boa parte do estado”, disse. A Ceasa/SC, em 2007, movimentou cerca de 270 mil toneladas de alimentos, sendo que a Grande Florianópolis é responsável por 90% desse montante.

Para o analista, o município de Antônio Carlos é um dos maiores produtores da região, onde mais de 90% da população trabalha com o plantio. “Os nossos municípios, além de abastecer os supermercados daqui, também estão abastecendo outras regiões como Lages. Isso sem contar que grande parte da produção da região nem passa pelo Ceasa”.

O gerente de mercado da instituição, José Janio Kahl, lembrou que o principal motivo para ter sido instalada a Ceasa em São José, há mais de 50 anos, foi valorizar o cinturão verde da Grande Florianópolis. “Nós percebemos a necessidade de centralizar o comércio das hortaliças e o cinturão verde é único e exclusivamente prova disso”, falou Kahl.

Segundo ele, a pesquisa para formação de mercado e divulgação de informações contribuiu muito para o crescimento e de-

envolvimento do cinturão. Hoje, muitos dos moradores dos pequenos municípios da região voltaram para suas cidades para trabalhar com a produção de hortifruti-granjeiros. “Em Antônio Carlos, que tem uma população de seis mil habitantes, cerca de 4.500 pessoas produzem alguma coisa. Isso tudo se deve as pesquisas realizadas”.

A falta de mão-de-obra especializada ainda é um grande problema para a expansão do cinturão verde. “Já conseguimos um grande avanço no que diz respeito a manter as pessoas no campo, mas a mão-de-obra ainda é um grande problema. Temos agricultores que chegam a trabalhar 25 horas por dia por falta de pessoal”, ironizou José.

Como grandes desafios da região para o futuro, o gerente destacou três áreas importantes da produção: seleção, embalagem e rotulagem.



Eduardo Guedes de Oliveira

Como alternativa rentável, maricultura surgiu, cresceu e se expandiu na região, transformando-se numa das atividades mais promissoras

Maricultura mostra força

A Grande Florianópolis encontrou na maricultura a fórmula adequada para garantir a prosperidade do pescador artesanal. Na comunidade do Ribeirão da Ilha, no Sul de Florianópolis, se concentra o maior núcleo de produção de moluscos do Brasil, que responde por 65% da produção nacional de ostras. Para administrar tamanha prosperidade, os maricultores criaram a Cooperativa de Produtores da Ilha de Santa Catarina (Cooperilha) e pretendem exportar seus produtos para outros estados brasileiros.

“É a forma encontrada por eles para dividir os custos da certificação do produto”, declarou João Guzenski, oceanógrafo da Epagri. Quem não tem recursos

para esse fim comercializa ostras e mariscos apenas em Santa Catarina. É o caso de Paulo Edson Heidenreich, 60 anos, nativo do Ribeirão da Ilha, local onde vive e trabalha depois que se aposentou como funcionário público. O mar sempre foi companheiro de Paulo.

Neto de pescador, desde pequeno acompanhava o avô quando ele saía para a pesca. Há 15 anos trabalha na maricultura junto com o filho, que tem o mesmo nome do pai.

O trabalho começa cedo no “rancho” onde as ostras e mexilhões, depois de colhidos, passam pelo processo de limpeza para serem vendidos nas peixarias do Mercado Público da Capital. “Essa é uma atividade que

exige muito investimento e tudo que a gente compra para investir na maricultura tem que ser pago à vista, o que é difícil”. O pequeno produtor disse estar satisfeito com a produção deste ano.

Dados da produção de 2006 (os de 2007 ainda não estão concluídos) fornecidos pela Epagri apontam para a melhor produção de moluscos desde que o programa foi criado, há 18 anos. Foram 11.600 toneladas de mexilhões e 3.150 toneladas de ostras. Este ano, o excesso de chuvas na Grande Florianópolis atrapalhou um pouco a produção. O prejuízo maior foi com o cultivo de vieiras, atividade que promete ser promissora e que já tem associação de mulheres produtoras.

Mortalidade infantil de Primeiro Mundo

Taxa na Grande Florianópolis é de 10,92 óbitos para cada mil nascimentos, uma das menores da região Sul do país

Os indicadores de mortes em crianças menores de um ano na Grande Florianópolis são semelhantes aos de países de Primeiro Mundo, segundo informou a coordenadora do Programa Estadual da Saúde da Mulher, Haimée Emerich Lentz Martins. A taxa de mortalidade infantil é de 10,92 para cada mil nascimentos - uma das menores da região Sul do país - e, segundo Haimée, a maior parte dos óbitos acontece no neonatal precoce. São casos de má-formação congênita, por exemplo, que provocam a morte do bebê no período próximo ao nascimento. "A tendência é de queda na mortalidade infantil.

Temos que primar pelo pré-natal, que contribui de forma significativa para reduzir esses números. Além disso, as mulheres estão menos expostas a riscos e mais conscientes da importância de cuidar da sua saúde", afirmou.

Entre os aliados do trabalho está a Maternidade Carmela Dutra, na Capital, que atende pacientes de todo o estado, exclusivamente do SUS. A entidade há vários anos conquistou o título de "Hospital Amigo da Criança" - um reconhecimento do Ministério da Saúde às unidades que incentivam o aleitamento materno, primordial no combate à desnutrição e à

mortalidade infantil.

É pela excelência no trabalho que desenvolve que a maternidade é referencial em Santa Catarina. Ela oferece Central de Informações sobre Aleitamento Materno e um Banco de Leite Humano que coleta, analisa, armazena e processa o leite doado por nutrizas voluntárias. O leite doado faz com que os bebês prematuros e gravemente doentes consigam sobreviver e se desenvolver, já que é o único alimento necessário durante os seis primeiros meses de vida da criança. O aleitamento ajuda a proteger o bebê e a criança pequena contra doenças perigosas.

Fotos: Solon Soares



Laços estreitos: Sônia Veríssimo abraça a filha recém-nascida Emily

Parto humanizado e bebê nos braços da mãe

O trabalho exemplar desenvolvido pela Maternidade Carmela Dutra garante às mães e aos bebês um parto humanizado. No Alojamento Conjunto, o bebê sadio, logo após o nascimento, permanece ao lado da mãe 24 horas por dia num mesmo ambiente até a alta da maternidade. Esse sistema possibilita a prestação de todos os cuidados assistenciais, bem como a orientação à mãe sobre a sua saúde e a do bebê. Um dos benefícios é o fortalecimento dos laços afetivos entre mãe e filho, através do contato precoce e contínuo.

Mas há casos em que a Carmela Dutra atende a gestante antes do parto. Aquelas que apresentam gravidez de alto risco, como diabetes e hipertensão, têm tratamento na maternidade durante a gestação, ao contrário das que têm uma gravidez

normal, que antes do parto são acompanhadas nos postos de saúde e vêm para a maternidade somente para ter o filho.

Atenção integral

Sônia Melberstet Veríssimo, 29 anos, era só alegria quando deixou a maternidade no dia 14 de março, dois dias depois de trazer ao mundo a pequena Emily, uma menininha saudável que nasceu de parto normal. Ela é um exemplo de um ótimo trabalho realizado desde o pré-natal (que no caso de Sônia foi feito no posto de saúde do bairro onde mora) até o nascimento do bebê. "Esta maternidade é maravilhosa. Aqui tive atenção integral, toda a equipe me confortou para ter a minha filha", disse satisfeita. Ela lembrou que quando teve o pri-

meiro filho, há dez anos, as coisas foram bem diferentes. "Não pude amamentar meu primeiro filho, não sabia quais os procedimentos corretos para a amamentação. Aqui fui melhor preparada", declarou, abraçando a mais nova integrante da família.

Emily deixou a maternidade com o agendamento dos testes do pezinho e da orelhinha, da consulta médica e do dentista e com o registro de nascimento em mãos. Um posto dentro da maternidade funciona como uma extensão do cartório de registro civil e fornece gratuitamente a certidão de nascimento da criança. A mãe também leva para casa um kit fornecido pela rede municipal com produtos para os cuidados do bebê, como sabonete, pente, pomada para assaduras e termômetro.

Números da saúde na Grande Florianópolis



• **Internações em 2007:** 64.872 internações nas unidades mantidas pelo Estado, tais como hospitais, maternidade, centro de psiquiatria entre outras.



• **Leitos:** 11.651 (SUS) e 4.410 particulares ou filantrópicos, mas que são pagos pelo SUS*



• **Nascidos vivos:** 11.081*



• **Taxa de mortalidade em menores de um ano:** 10,92 a cada mil nascimentos*

* Dados 2006 - Fonte Secretaria de Estado da Saúde



Pré-natal e amamentação são aliados primordiais na luta contra a mortalidade infantil

Bom exemplo

Destaque na captação e transplante de órgãos

A Grande Florianópolis coleciona referências na captação e no transplante de órgãos. Em São José, o Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes trabalha na captação de órgãos e transplante de córneas. No mesmo hospital está o Instituto de Cardiologia referência no estado no transplante de coração.

Em Florianópolis, a capta-

ção e o transplante de córneas são realizados pelo Centro Oftalmológico de Diagnóstico e Terapêutica S/C Ltda e Centro Integrado de Oftalmologia. A Fundação de Apoio HEMOSCEPOM capta tecido ocular e realiza transplante de medula óssea. O Hospital Florianópolis atua na captação de órgãos. O Hospital Celso Ramos, que

também atua na mesma frente, é referência no transplante de córnea, rim e enxerto de tecido ósteo-condro-fascio-ligamentoso. O Hospital Infantil Joana de Gusmão também capta órgãos e faz enxerto de tecido ósteo-condro-fascio-ligamentoso. E o Hospital de Caridade transplanta rim, coração e tecido ósteo-condro-fascio-ligamentoso.



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Aos 55 anos, Dona Ana Maria Machado frequenta o CEJA e aprendeu a ler e escrever

Jovens e adultos voltam aos bancos escolares

Resolução estadual que elevou idade mínima para “supletivos” aumenta procura por cursos na região

A dificuldade em pegar ônibus ou saber o preço de um produto no supermercado levou Dona Ana Maria Machado, de 55 anos, moradora de Florianópolis, a retornar aos bancos escolares.

“Resolvi voltar a estudar porque não conseguia pegar um ônibus sozinha. Sempre tive muito vontade de aprender e o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) me proporcionou isso”, lembra.

O curso, que começou no ano passado, tem um ano de duração. “Aprender a ler, para mim, significa liberdade”, diz a estudante. Assim como Dona Ana milhares

de pessoas todos os anos procuram as unidades do CEJA em busca de conhecimento.

Reflexo disso é que a educação direcionada a jovens e adultos conquistou grande fôlego nos últimos anos formando, na região, cerca de 1.700 alunos por ano.

A procura por cursos tem aumento devido a uma resolução estadual que elevou a idade mínima para um aluno cursar o “supletivo”.

Até o ano passado, a idade mínima para um aluno frequentar as aulas do ensino fundamental era de 14 anos e 17 anos para o ensino médio. A partir da resolução,

a idade aumentou para 18 anos e 21 respectivamente.

O assessor pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), de Florianópolis, Professor Dimas Cirilo Moreira, afirma que a maioria dos alunos matriculados no curso é jovem.

“Os adultos têm dificuldades na disponibilidade de horários. Atendemos o aluno individualmente no horário que for melhor para ele. Esse é o grande diferencial do CEJA da Grande Florianópolis”, acrescentou.

O Centro ainda oferece aulas a deficientes visuais com professores especializados e materiais digitalizados ou feitos em áudio.

Escola integral é meta da região

O gerente de Educação da Grande Florianópolis, professor Ari César da Silva, informa que a região tem 4 mil profissionais trabalhando nas 158 escolas estaduais. Neste ano, em todo o estado, são mais de 26 mil profissionais efetivos na ativa, dos quais 17.811 estão efetivamente em sala de aula. “Encontramos escolas com sérios problemas estruturais e agora muita coisa mudou. A região tem sido muito favorecida e atualmente a taxa de evasão é quase nula”, disse.

O professor ainda afirmou que a região investe em idéias inovadoras como o período integral e a Escola Aberta. Por enquanto, há apenas uma escola com período integral, em Águas Mornas, e 34 escolas abertas. “Na minha opinião a escola integral - oferecendo aulas de música, teatro e informática - é o principal objetivo para a educação na região e para o estado”.

O Censo Escolar da Educação Básica 2007 apontou que em Florianópolis estão matriculadas cerca de 100 mil crianças e adolescentes na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e educação especial. Em 2006, eram 105.572 alunos. A queda de 5,5% foi registrada em razão de mudanças ocorridas na sistemática do censo. Por conta disso, Santa Catarina foi o estado

que mais perdeu alunos no país, registrando queda de 12,9% em relação a 2006, o equivalente a 109 mil alunos a menos.

Em toda a Educação Básica do país, o número de alunos caiu 2,9 milhões em relação a 2006, redução de 5,35%. Desse total, 2,2 milhões são registros a menos de alunos na rede pública de ensino. Em alguns municípios, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a diminuição das matrículas chegou a 77%.

No Brasil, estão matriculados 52.969 estudantes na Educação Básica, sendo que 46.610 em escolas públicas e 6.358 em escolas privadas. As redes municipais abrigam a maior parte dos alunos, com 24.516 matriculados. No estado foram mais de 1,5 milhão de matriculados.

Para o ministério, o principal motivo de se chegar a essa diferença nos números de matrícula é a mudança de regras no preenchimento do Censo Escolar em 2007. O novo sistema, conhecido como Educacenso, pediu informações como nome e dados pessoais dos alunos, filiação e endereço. Até 2006, era apenas solicitado às escolas que informassem o número de alunos matriculados, o que resultava em distorções.



Centro de Educação de Jovens e Adultos oferece também aulas para deficientes visuais com material digitalizado e disponível em áudio

Saiba Mais

O Censo Escolar coleta, todos os anos, os dados sobre a educação básica nacional. As informações servem de base para a formulação de políticas públicas e para distribuição de recursos públicos em merenda

e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e FUNDEB, entre outros.

Seus dados também são

utilizados por outros ministérios, como Saúde e Esportes, por organismos internacionais, como a Unesco e o Unicef, por pesquisadores e estudantes de todo o Brasil e do mundo.



Semente ecológica germina em São José

Instalada no Parque Temático Ambiental dos Sabiás, Escola Municipal do Meio Ambiente atende crianças do ensino infantil até alunos do ensino superior disseminando consciência pela preservação da natureza

Imagine uma pequena planta sendo semeada, depois plantada e na próxima etapa rendendo flores e frutos. Assim acontece também com a educação ambiental de crianças, que depois de aprenderem o que deve ser feito para a preservação dos recursos naturais, tornam-se multiplicadores, principalmente para os adultos, repassando conhecimentos.

Um grande exemplo dessa consciência ecológica é a Escola Municipal do Meio Ambiente, localizada numa imensa área verde, no bairro Forquilhas, em São José, dentro do Parque Temático Ambiental dos Sabiás.

Criada no ano 2000, a escola atende alunos da educação infantil ao ensino superior das redes municipal, estadual, federal e privada, além de visitantes interessados em conhecer o local. No ano passado a escola recebeu nove mil visitantes, que primeiro assistem uma palestra sobre educação ambiental e em seguida vão para a trilha que complementa as informações recebidas. Essa é uma das opções

mais saudáveis e educativas que o parque oferece. Um trecho de quase um quilômetro, aberto cuidadosamente no meio da mata, educa de forma prazerosa e responsável.

A próxima etapa é o laboratório, que este ano trabalhará com o tema "água" e por último - considerada outra atração para os alunos, principalmente crianças - a oficina de plantio de mudas. No viveiro, as crianças têm contato direto com a terra, onde conhecem o tipo de planta (frutífera, ornamental, medicinal, entre outras), a importância do solo adubado e a reprodução de minhocas, que desempenham papel fundamental na qualidade da terra onde as mudas vão se desenvolver.

Uma visita ao lago, habitat de peixes e tartarugas, é outra atração imperdível dessa escola, que em 2006 recebeu o prêmio "Escola Amiga do Meio Ambiente", pela excelência no trabalho de educação ambiental desenvolvido no município.



No viveiro de mudas, crianças têm contato com terra e aprendem a semear e plantar

Flores nas escolas e praças

O Parque também é referência na produção de mudas para arborização e reflorestamento. Através do projeto "Florir São José", em parceria com a Fundação Municipal do Meio Ambiente, escolas, praças e outros espaços ganharam mais vida e beleza com o plantio de flores e plantas ornamentais.

Uma equipe multidisciplinar formada por geógrafo, químico,

biólogo, pedagogo, educador, físico e técnico ambiental é responsável por todo esse trabalho para a formação de uma nova consciência: a da sustentabilidade. "A exploração e a ocupação da Terra chegaram a um ponto de esgotamento dos recursos naturais. Por isso torna-se necessário revermos as conseqüências do desenvolvimento econômico, levando em conta a conservação

ambiental", declarou Cinthya Regina Persike, pedagoga da Escola do Meio Ambiente.

Para este ano, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, está programada a inauguração da "Sala Verde", que será centro de referência de informações ambientais no município, com promoção de atividades e eventos educacionais de valorização do meio ambiente.

Como chegar

As atividades na escola acontecem no mesmo horário do ensino regular, com visitas pré-agendadas. A escola fica na Rua Francisco Inácio do Nascimento s/n, Forquilhas, em São José. Contatos podem ser feitos pelo telefone (48) 3247-3330 ou pelo e-mail: escoladomeioambiente@yahoo.com.br.

Raio-X

- A escola tem a missão de despertar a consciência crítica frente à problemática ambiental, de modo participativo, visando mudanças de atitudes e valores, adotando uma postura de respeito e compromisso com o meio ambiente;

- Proporcionar um ambiente de interação com a natureza, através do contato com os ecossistemas, desenvolvendo a sensibilidade do cidadão pelas questões ambientais;

- Apontar caminhos para a preservação e recuperação do meio ambiente, através do incentivo ao reflorestamento e regeneração de matas ciliares da região.

Ambientes

Auditório

Laboratório

Biblioteca

Minhocário

Composteira

Açude

Trilha interpretativa

Horta medicinal

Horta orgânica

Pomar demonstrativo

Viveiro de mudas nativas e exóticas

Oficina de plantio de sementes

Área de recreação

COMISSÕES

Audiência pública debate rastreamento de rebanho catarinense

Agricultura promove debate sobre implantação do Programa de Brincagem

Rodrigo Viegas

A Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa realizou, dia 26, audiência pública requerida pelo deputado Reno Caramori (PP) para discutir a implantação do Programa de Brincagem - sistema de marcação nas orelhas do gado. A atividade representa mais um passo no processo de rastreabilidade de rebanho e faz parte do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina - Sisbov. Até 30 de junho, Santa Catarina pretende 'brincar' 3,5 milhões de animais e com isso, se preparar para receber no futuro autorização para exportar carnes, derivados e até animais vivos para diversos países.

O Sisbov é o conjunto de

ações, medidas e procedimentos adotados para caracterizar a origem, o estado sanitário, a produção e a produtividade da pecuária nacional e a segurança dos alimentos provenientes dessa exploração econômica. Objetiva também identificar, registrar e monitorar, individualmente, todos os bovinos e bubalinos nascidos no Brasil.

Adesão

O novo sistema é de adesão voluntária, permanecendo a obrigatoriedade de adesão para a comercialização para mercados que exijam a rastreabilidade. Com a medida, surge o conceito de Estabelecimento Rural Aprovado no Sisbov, que terá como principais requisitos: cadastro de produtor, cadas-

tro da propriedade, protocolo básico de produção, termo de adesão ao Sisbov, registro dos insumos utilizados na propriedade, identificação individual de 100% dos bovinos e bubalinos da propriedade, controle de movimentação de animais e vistorias periódicas pela certificadora.

Participaram da audiência, além dos parlamentares e do secretário, o presidente da Cidasc, Edson Veran, o Coordenador do Programa de Brincagem em Santa Catarina, Jarbas de Oliveira, o superintendente da Delegacia Federal de Agricultura, Francisco Powell, o presidente do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária, Ricardo Gouvêa, e o consultor da Associação das Indústrias de Carnes e derivados de Santa Catarina, Hamilton Farias.



Eduardo Guedes de Oliveira

Secretário da Agricultura, Antônio Ceron, participou da reunião

Deputado destaca evolução da pecuária no estado

O presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sompela (PMDB), destacou a evolução do setor em Santa Catarina, único do país livre de febre aftosa sem vacinação. Também reconheceu o papel do governo federal de atender o pleito de Santa Catarina elaborando uma agenda que introduza o Sisbov de forma abrangente e eficiente no estado.

Presente ao debate, o secretário de Estado da Agricultura, Antônio Ceron, afirmou que o rastreamento do rebanho é exigência incondicional para exportação. Ceron destacou a parceria entre o Ministério da

Agricultura, agroindústrias, cooperativas, prefeituras, sindicatos e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) para diminuir o custo.

Preocupados com os pequenos produtores, os deputados Sargento Soares (PDT), Flavio Ragagnim (PP) e Dirceu Dresch (PT) salientaram a importância da implantação do sistema ser feita de forma a atender todos os níveis de produção. A questão ambiental preocupa o deputado Dresch, que frisou que o novo Código Ambiental deve levar em consideração o equilíbrio no setor.

Crianças portadoras de necessidades especiais terão brinquedos adaptados

Os parques e as áreas de lazer, públicos ou privados, inclusive integrantes de condomínios residenciais em Santa Catarina, serão obrigados a manter brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiências.

Com a instalação de brinquedos adaptados nos parques e áreas de lazer, a criança com deficiência, em geral mais retraída devido à dependência motora, irá desfrutar do prazer de brincar com liberdade e em harmonia com as outras

crianças, já que o ato de brincar tem um efeito biológico e psíquico estimulante.

Isso é o que prevê o Projeto de Lei nº 407/07, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), aprovado dia 26 pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher, sob a presidência do deputado Pedro Uczai (PT).

Foi aprovado também Projeto de Lei nº 152/07, do deputado José Natal Pereira (PSDB), que

autoriza o Executivo a destinar no mínimo 10% de todos os imóveis populares construídos por meio dos programas habitacionais promovidos pelo governo estadual, como apartamentos, casas e lotes urbanizados, a pessoas com deficiência.

Também aprovado o Projeto de Lei nº 559/07, da deputada Odeete de Jesus (PRB), que institui o Dia da Rede Feminina de Combate ao Câncer (RFCC) no estado, a ser comemorado em 27 de novembro.

A Comissão acolheu pedido da deputada Ana Paula Lima (PT) para a realização de audiência pública sobre o projeto federal "Depoimento Sem Dano", de nº 4.126/07. Pela implantação na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre, em maio de 2003, o projeto apresentado nacionalmente tem o intuito de evitar que a criança ou adolescente vítima de abuso sexual passe por mais de um inquérito durante o processo judicial. O debate será promovido pelo Conselho Regional de Psicologia no dia 27 de junho, das 8 às 18 horas.



Alberto Neves

Deputados autorizam audiência pública sobre "Depoimento Sem Dano"

Segurança retoma caso de vereadores em Camboriú

A atuação de policiais que trabalharam nas investigações sobre o caso de violência contra cinco vereadores em Camboriú, desde o início das denúncias, em 2005, deverá ser investigado pela Corregedoria Geral de Polícia Civil. O pedido foi formulado pelo deputado Edson Piriquito (PMDB) em audiência pública realizada, dia 26, pela Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT).

O assunto retornou à pauta porque não houve qualquer avanço na identificação de culpados de disparos de armas de fogo, agressões físicas e perseguições aos vereadores Claudinei Loss, Silvano Garcia, Lucien Aguiar, Marli Schimitt Garcia e o presidente da Câmara de Vereadores de Camboriú, Imenésio de Souza.

O delegado da DEIC, Rena-

to Hendges, informou que há seis meses acompanha o caso. Para ele, o atraso deve-se à demora para se obter ordem judicial para que as operadoras de telefonia forneçam lista com telefones e números de pessoas que podem estar envolvidas no caso. Sem poder divulgar muitas informações, já que a investigação é sigilosa, Hendges assumiu o compromisso de acelerar a apuração dos fatos.

O deputado Edson Piriquito questionou o que a polícia fez até agora e disse acreditar que há teor político nos atentados sofridos pelos vereadores, mas que, sem prova, não se pode fazer nada. O diretor da Polícia Civil, delegado Maurício Eskudlark, esclareceu que Camboriú, onde aconteceram os fatos, foi o que mais recebeu investimento da Polícia Civil, com efetivo e novas viaturas.

GERAL

Solon Soares



Deputada Odete de Jesus defende medidas rigorosas para evitar que doença chegue a Santa Catarina

Odete cobra da Anvisa ações contra a dengue

Rose Mary Paz Padilha

Para que Santa Catarina continue livre da dengue – doença que já provocou 54 mortes no Rio de Janeiro – diversas ações precisam ser desenvolvidas nos 293 municípios do estado. Esse foi o alerta da deputada Odete de Jesus (PRB), em pronunciamento na sessão do dia 27, na Assembléia Legislativa.

A parlamentar protocolou um pedido de informação à Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária) para saber do órgão quais as medidas tomadas quanto à fiscalização das aeronaves que passam pelo Aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis. “Queremos saber da Infraero e da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) como agem nessa fiscalização, que precisa ser rigorosa”.

Odete sugeriu que, antes do desembarque dos passageiros,

as aeronaves passem por um processo de descontaminação com produtos químicos específicos, para evitar que o mosquito *Aedes aegypti* - transmissor da doença - possa ser trazido durante a viagem. “A dengue é um assunto muito grave, que precisa da ação de todos para que não tenhamos nenhum caso dessa doença”, salientou. Santa Catarina continua sendo o único estado do país sem ocorrência da chamada “dengue autóctone”, ou seja, com contaminação local. Os casos registrados foram contraídos em outras regiões do país.

Audiência pública

Odete de Jesus solicitou à Casa uma audiência pública com representantes da Anvisa, Infraero, Ministério Público Estadual, secretarias de Estado da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia e secretarias municipais de

Saúde, entre outros setores, para tomar conhecimento da situação da dengue no estado. A preocupação da parlamentar, que em novembro do ano passado presidiu audiência pública sobre esse mesmo tema, é fortalecer as ações de prevenção em Santa Catarina. “No último dia 25 solicitamos aos executivos estadual e municipais programas permanentes de combate à erradicação do mosquito transmissor. Hoje constatamos, através dos jornais estaduais, que isso já está ocorrendo.”

Entre as ações está a instalação de 15 mil armadilhas por todo o território catarinense para a captura do mosquito *aedes aegypti*. Até o momento, a vigilância epidemiológica já constatou diversos focos do mosquito nos municípios de Chapecó, Florianópolis, Balneário Camboriú e São Miguel do Oeste. O líder em número de focos confirmados no estado é Chapecó, com 91 ocorrências.

Audiência define linhas de ação para prevenir desaparecimento de crianças

O drama de crianças e adolescentes desaparecidos foi pauta de audiência pública promovida no dia 18 pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e Amparo à Família. Presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB), a reunião marcou as comemorações do Dia Estadual da Prevenção ao Desaparecimento de Crianças, data escolhida em função do desaparecimento da menina Elicéia, moradora do bairro Agrônômica, em Florianópolis, em 18 de março de 1995. O caso da menina é o mais longo em Santa Catarina e ainda sem solução.

Entidades pediram medidas para auxiliar na busca de informações. Casan e Celesc

decidiram disponibilizar estrutura das agências regionais para divulgar dados sobre os casos de desaparecimento e as formas de prevenção.

Delegacia

Na audiência, a delegada Sandra Mara Pereira pediu a Ada De Luca, presidente da comissão, para que lute pela criação de uma delegacia especializada em casos de desaparecimento. A audiência pública foi realizada a pedido da ONG “Portal da Esperança”, entidade dirigida por Gerson Rumayor, cujo objetivo é coibir toda forma de violência contra crianças, assim como prevenir o desaparecimento.

Eduardo Guedes de Oliveira



Comissão debateu métodos de prevenção ao desaparecimento de menores

Menores de 12 anos têm acesso gratuito em eventos esportivos

Assegurar o acesso gratuito aos menores de 12 anos, acompanhados, às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios é o objetivo do Projeto de Lei n.º 78/07, de autoria do deputado Décio Góes (PT), aprovado no dia 26 na Comissão de Educação, Cultura e Desporto. Segundo o projeto, garantir a gratuidade do acesso aos estádios para as crianças acompanhadas de seus responsáveis, além de instrumento para inclusão social, promoção explícita da convivência familiar, sintonia com os apelos pela paz nos estádios, contribui ainda com a formação dos futuros torcedores.

A Comissão, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), também aprovou

o Projeto de Lei n.º 61/07, do deputado Pedro Uczai (PT), que institui o Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no Estado de Santa Catarina.

O Programa tem como objetivo proclamar a igualdade racial e a valorização das populações negra e indígena, bem como combater o racismo e a discriminação. “É necessária a implementação de políticas concretas, capazes de afirmar os direitos e as capacidades da população negra, prejudicada por mais de 300 anos de escravidão”, disse.

A realização de uma audiência para debater o ensino superior público em Balneário Camboriú também foi aprovada pela Comissão.

Sintespe quer frente parlamentar

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe) pediram a criação de uma frente parlamentar pela devolução do projeto que institui os fundos Previdenciário e Financeiro, na manhã do dia 27. Os deputados Joares Ponticelli (PP), Silvio Dreveck (PP) e Décio Góes (PT), ouvidos pelo sindicato, concordaram em integrar

a frente, mas acreditam que o mais importante é a organização dos movimentos sindicais para debater o projeto que poderá ter reflexos sobre o futuro dos servidores.

A vigília que o Sintespe realiza todas as quintas-feiras no Legislativo teve nesta semana a presença de servidores da região Norte e, na próxima semana, trabalhadores do Sul irão expor suas idéias. Unidos na

luta pela preservação dos direitos adquiridos no serviço público, a categoria sabe que são necessários organização e planejamento nas ações. De acordo com a diretora de comunicação do sindicato, Célia Campos, está prevista a realização de nove audiências públicas para esclarecer pontos obscuros como a quebra do vínculo do regime estatutário, entre outros.

APROVADOS

Medida Provisória do Prêmio Educar é admitida em Plenário

Bancadas do PP, PT, PRB e PDT prometem oferecer substitutivo à MP, que agora tramita na Comissão de Finanças

Rodrigo Viegas

A Medida Provisória nº 145/08, encaminhada pelo Executivo, que concede o Prêmio Educar, foi o tema mais debatido na sessão ordinária do dia 25, no Legislativo. Teve sua admissibilidade aprovada em Plenário e recebeu críticas contundentes por parte da oposição, que se absteve da votação, e foi defendida pela base de sustentação ao governo. O Educar é um prêmio em dinheiro destinado a professores na ativa que tiverem presença em sala de

aula (com ausências justificadas e no máximo três dias de afastamento devido à saúde no mês).

O deputado Joares Ponticelli (PP) abriu o debate atacando a medida. O progressista rotulou de “política nefasta de abono” e “tratamento desumano” ao servidor público. “Quando a MP for analisada no mérito, na Comissão de Finanças, vamos encaminhar emenda substitutiva objetivando corrigir os equívocos propostos”, explicou.

Argumento semelhante foi utilizado pelo líder do PT na

Casa, deputado Pedro Uczai. “O regimento interno diz que não pode ser dada continuidade à tramitação de matéria de impacto financeiro sem o encaminhamento dos referentes números”.

A deputada Odete de Jesus (PRB), que é professora, lembrou que “os professores inativos também merecem seu prêmio”.

Odete confirmou que vai contribuir na elaboração de emenda em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte/SC) para o aprimoramento da proposta

Comissões vão analisar mérito

Para amenizar o embate, o deputado Marcos Vieira (PSDB) destacou que estava em questão apenas a admissibilidade da medida provisória e que o mérito será discutido nas comissões. “Nas comissões virá à baila o impacto financeiro e outros detalhes que serão analisados com todo cuidado”, analisou.

A postura teve eco nas palavras do líder dos democratas, Gelson Merísio, que também alegou ser nas comissões o lugar certo para análise da matéria.

O líder do governo na Assembleia, deputado Herneus de Nadal (PMDB), fez uma análise abrangente. Trouxe os números que mostram a evolução salarial da categoria desde que Luiz Henrique da Silveira assumiu o governo. “Em 2003 um professor de 40 horas recebia R\$ 637,96. Com a implantação do Prêmio Educar, este mesmo professor passará a receber R\$ 1.337,75. Não é o valor ideal, mas é o valor possível”. Herneus informou que está sendo analisada, por determinação do Executivo, uma proposta que contemple os aposentados.

Já o líder do PMDB, deputado Manoel Mota, foi mais longe e lembrou que em 2000, durante o governo progressista de Esperidião Amin, houve 60 dias de paralisação e nem um centavo de aumento.

A sessão foi paralisada por 10

minutos para que o coordenador do Sinte-SC, Danilo Ledra, se manifestasse. O coordenador tachou a MP como sendo “o maior ataque aos direitos da educação na história de Santa Catarina”. Alegou que a proposta violenta o plano de carreira e todas as conquistas anteriormente estabelecidas para a categoria.

“Entre os disparates estão a punição com corte no salário (abono) para professores em licença-prêmio, em licença para estudar (pós-graduação, mestrado e doutorado) e licença-saúde”. Ledra ainda questionou que esta proposta ataca o direito de isonomia, diferenciando profissionais com a mesma formação e função.

Viabilidade

Além da bancada de oposição, o deputado Sargento Soares (PDT) registrou seu apoio aos professores e sua contrariedade com o conteúdo da medida provisória encaminhada pelo governador.

Ocuparam a tribuna também os deputados tucanos José Natal e Serafim Venzon. Natal disse entender e aceitar as reivindicações, mas que é preciso responsabilidade na concessão de aumentos. Venzon propôs “encontrar uma proposta que agrade os professores e dê viabilidade ao governo”.



Carlos Kilian

Deputados da base governista e da oposição travaram debate acirrado na sessão do dia 25

Criada a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho

A partir deste ano Santa Catarina passa a ter em seu calendário oficial a Semana da Consciência e

do Combate ao Assédio Moral no Trabalho. Projeto sobre o tema, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB), foi aprovado na sessão do dia 19, com emenda modificativa da bancada do PT, instituindo a primeira semana do mês de maio para os eventos relacionados à data, coincidindo com o Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral, em 2 de maio.

O texto do projeto de lei prevê a criação de um banco de dados sobre vítimas e seqüelas dessa violência. Desta forma, defende o autor do projeto, haverá condições para o controle e planejamento específico para coibir a prática.

Segundo afirmou o deputado, o assédio moral ou a violência moral são fenômenos tão antigos quanto o próprio trabalho.

É um fenômeno internacional, conforme alerta levantamento da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “A pesquisa aponta para distúrbios de saúde, físicos e mentais relacionados às condições de humilhação onde predominam relações desumanas e antiéticas de longa duração, de um ou mais chefes, de um ou mais colegas de trabalho, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho”, enumerou Gonçalves.

Venda de bebidas alcoólicas proibida em rodovias estaduais

A exemplo do que ocorre nas rodovias federais, desde o mês de janeiro está proibida a venda de bebidas alcoólicas nas estradas estaduais de Santa Catarina, por força da Lei nº 14.322, de autoria do deputado Gelson Merísio (DEM). Na sessão plenária do dia 19, a redação desta lei foi alterada com a aprovação do Projeto de Lei nº 18/08, do deputado Darci de Matos (DEM), com emenda modificativa do deputado Romildo Titon (PMDB).

Pela proposta de Matos, são excluídos da lei “os estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano, nas áreas rurais urbanizadas e nos empreendimentos turísticos”. A emenda de Titon acrescentou a permissão para as promoções realizadas por instituições legalmente constituídas e a comercialização realizada diretamente pela indústria de bebidas alcoólicas e/ou de produção artesanal e expostas em estabelecimento próprio”.



Gonçalves: Fenômeno antigo

PLENÁRIO

União Européia suspende embargo ao mel brasileiro

Eduardo Guedes de Oliveira



Reno Caramori (E) e Moacir Sopelsa comemoraram fim do embargo

Após dois anos de embargo europeu ao mel brasileiro, Santa Catarina comemora a recente decisão da União Européia, que aprovou, no último dia 14, o Plano Nacional de Resíduos e Contaminantes para o mel brasileiro. Diante da notícia, o deputado Reno Caramori (PP) apresentou à Casa um requerimento solicitando à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa

Catarina (Epagri) e à Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) uma posição sobre o assunto, uma vez que, para voltar a exportar, o estado precisa se enquadrar a algumas exigências.

Dentre os requisitos solicitados pela União Européia, Reno mencionou que Santa Catarina só volta a exportar se adotar a implantação das Boas Práticas e do Sistema

de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (Appcc). "Podemos considerar uma vitória o fim do embargo, porém, para nos adequarmos às exigências do mercado europeu, é necessário que a Epagri e o Cidasc busquem apoio junto a outros órgãos que possam colaborar para que as exigências sejam cumpridas", acrescentou.

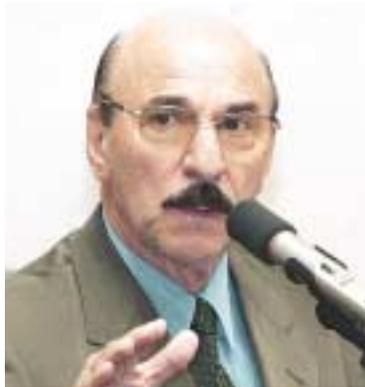
Segundo maior estado produtor de mel do país, Santa Catarina possui produtores em praticamente todos os municípios, com destaque no Sul. "Antes do embargo, a venda de mel para o bloco gerava uma receita de US\$ 15 milhões para o setor apícola nacional", frisou.

Na condição de presidente da Comissão de Agricultura, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB) manifestou sua opinião sobre a questão afirmando que Santa Catarina tem potencial e qualidade de fiscalização para atender as exigências impostas pela União Européia. "É na pequena propriedade que está a riqueza do mel. A economia do estado só tem a ganhar com a volta da exportação", lembrou.

Lei proíbe desfiles com modelos de baixo Índice de Massa Corpórea

Na tarde de quarta-feira, 26, os parlamentares aprovaram o Projeto de Lei nº 47/07, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), que proíbe a realização de eventos de moda com modelos com Índice de Massa Corpórea (IMC) abaixo de 18,5 quilos/m³. Após a entrada em vigor da nova lei, as modelos deverão apresentar atestado médico comprovando o seu IMC.

A proposta foi aprovada com uma Emenda Modificativa, de autoria do deputado Serafim Venzon (PSDB) que alterou o IMC de 18 quilos/m³ para 18,5/m³ quilos. O objetivo da matéria é contribuir com a campanha mundial de combate à anorexia. Especialistas em saúde das Nações Unidas recomendam que o IMC fique em torno de, no mínimo 18 quilos e no máximo de 25 quilos por cada metro cúbico.



Mota: "para combater a anorexia"

Solução para demandas existentes na Funasa



Baldissera: 350 projetos encalhados

O deputado Padre Pedro Baldissera (PT) apresentou a Moção nº 40 solicitando a urgente contratação de equipe técnica e/ou a reatualização de mutirão de trabalho, para a solução das demandas existentes na coordenação da Fundação Nacional de Saúde em Santa Catarina (Funasa).

A proposta foi aprovada durante a sessão ordinária do dia 26 e será direcionada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, ao ministro

da Saúde, José Gomes Temporão, e ao presidente da Funasa, Paulo Lustosa.

Para o autor, "não é admissível que projetos das prefeituras, referentes a saneamento e abastecimento de água, fiquem esperando por mais de cinco anos para serem analisados e aprovados". Ele disse ainda que há mais de 350 projetos parados na Funasa, que vêm apresentando problemas por conta da falta de uma equipe técnica na Coordenação de Santa Catarina.

[GABINETES]

ESTADUALIZAÇÃO DA UNC

O deputado Flavio Ragagnin (PP) apresentou em plenário uma moção, já aprovada, e que será encaminhada nos próximos dias ao governador Luiz Henrique da Silveira, solicitando com "urgência" que sejam realizados estudos para a estadualização do Campus da UnC Concórdia e que o mesmo passe a integrar a estrutura da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). A idéia de encampação da UnC surgiu no pleito eleitoral de 2006, durante encontros e debates com lideranças acadêmicas, comunitárias e políticas da região do Alto Uruguai catarinense.

Agora como deputado, Ragagnin voltou a debater o assunto durante uma audiência com o reitor da Udesc, Anselmo Fábio de Moraes. Após o encontro com o reitor o parlamentar esteve reunido com o prefeito de Concórdia, Neudi Saretta (PT), e apresentou a idéia de estadualizar a maior universidade da região. A idéia foi prontamente apoiada pelo prefeito, que se comprometeu em auxiliar no que for possível para a conquista da universidade pública na região. (André Ricardo Callai, assessor do deputado Flavio Ragagnin)

LICENÇA AMBIENTAL

O deputado Valmir Comin (PP) anunciou que a Fatma assumiu o compromisso de, até o final do mês, conceder a competente licença ambiental para o projeto de construção da barragem do Rio do Salto, em Timbé do Sul. Comin, que é presidente do Fórum Parlamentar que acompanha todo o processo pró-surgimento daquela Barragem, disse que o compromisso foi assumido pela Fatma durante reunião realizada em Turvo para discutir as mais recentes questões em torno do Projeto. Conforme o parlamentar, a principal preocupação é exatamente com a liberação daquela licença porque, sem ela, não há como o Projeto se beneficiar com os recursos de R\$ 11 milhões já disponibilizados pelo Governo Federal no PAC. Lembrou que, se não houvesse essa disposição da Fatma e o forte empenho das lideranças da região, havia o risco dos recursos já disponibilizados serem definitivamente perdidos. (Jandyr Côrte Real, assessor de imprensa da bancada do PP)

CLÍNICA OTTO VIDA

A mobilização do deputado Clésio Salvaro (PSDB) para a instalação de uma unidade avançada de Atendimento da Clínica de Audição, Voz e Fala e Linguagem, em Criciúma, mostra resultados. O assunto já foi discutido com as autoridades responsáveis pela execução deste projeto. Após manter audiência com a diretora geral da secretaria estadual de Saúde, Carmen Zanoto, acompanhado da proprietária da clínica, e de aprovar indicação de sua autoria com essa reivindicação na Assembléia Legislativa, Salvaro esteve com o prefeito Anderlei Antonelli. Obteve dele a garantia de que a instalação se dará na medida proposta por Salvaro. O município aguarda apenas pequenos ajustes técnicos para a liberação. A clínica é credenciada no Ministério da Saúde para reabilitação auditiva dos pacientes residentes na região Sul catarinense, atendendo assim uma demanda mensal estimada em 100 novos casos. (Assessoria de gabinete do deputado Clésio Salvaro)

NOTA DE PESAR

A bancada do PSDB lamenta profundamente a perda de Elisabete Nunes Anderle, falecida no dia 16, em Florianópolis. Elisabete sempre se destacou pela honestidade, transparência e simplicidade em todos os cargos que ocupou ao longo de sua trajetória política. Sua última missão foi presidir a Fundação Catarinense de Cultura. Também exerceu o cargo de diretora geral e de secretária da Educação, Ciência e Tecnologia do governo do Estado, além da presidência do Conselho Estadual de Cultura. (Rossana Espezin, assessora da bancada)

Uso da bicicleta exige mudança cultural

Com frota de 2.751.991 veículos, Santa Catarina clama por políticas públicas que contemplem uso de meios de transporte alternativos

Suzana Couto Tancredo

Acompanhando uma tendência mundial, a população catarinense se conscientiza da importância do uso de meios alternativos de transporte. Uma escolha que pode ser movida pelo estresse causado pelo trânsito atual e também pela economia proporcionada, por exemplo, pelo uso da bicicleta.

As vantagens com o uso da conhecida "magrela" são muitas. Além de contribuir para a melhoria do meio ambiente, tema cada vez mais constante nas discussões mundiais, propicia uma melhora da saúde de seus usuários.

A frota total de veículos em

Santa Catarina, de acordo com dados do Detran/SC é de 2.751.991. Em Florianópolis, o número registrado até março é de 226.260 veículos correspondendo a 1,75 habitantes/veículos, um dos mais altos índices do país. Esses dados mostram a urgência na adoção de um sistema viário alternativo não só na Capital como também em todo o estado.

A implantação de ciclovias exige, como pré-condição, a desmobilização do uso do automóvel, a retirada de estacionamentos, a transformação de vias de mão dupla em mão única, a criação de vários binários, enfim, a adaptação das cidades para uma nova forma de deslocamento.

Ao defender que o uso da bicicleta como alternativa de transporte passa por uma questão cultural e comportamental, o professor de arquitetura e urbanismo da UFSC, Francisco Ferreira, afirma que as pessoas ainda utilizam a bicicleta apenas como lazer. Na opinião do professor, não existem políticas públicas voltadas ao transporte não-motorizado e o automóvel é adotado de forma preferencial como meio de transporte.

Para Ferreira, o sistema viário atual de Florianópolis contempla o automóvel e esse modelo, segundo ele, "é incompatível com o sistema cicloviário já que, para que um exista, o outro tem que ceder".

Assembléia dá exemplo com projeto

A Assembléia Legislativa aprovou no dia 9 de agosto de 2007 Projeto de Resolução de autoria do deputado Pedro Uczai (PT) que institui o programa de adequações e estacionamentos para o acesso de bicicletas à Casa. Também está em tramitação na Assembléia, o Projeto de Lei 0534.4/2007, que trata da infra-estrutura viária, equipamentos, planejamento e gestão das formas de mobilidade não-motorizadas no estado.

O projeto de resolução aprovada atende a um dos encaminha-

mentos de uma audiência pública realizada na Assembléia em junho de 2007. A intenção do deputado é incentivar o uso da bicicleta como alternativa de transporte para preservar o meio ambiente e melhorar a mobilidade urbana.

Conforme projeto de resolução, fica instituído o programa de adequações necessárias para o acesso de bicicletas na Assembléia e deverá ser implantado um bicicletário coberto em local de fácil acesso a visitantes e funcionários nas dependências do Palácio Barriga Verde.

A proposta do deputado Uczai determina ainda que o bicicletário deverá conter 30 vagas, sendo que as futuras reformas na Assembléia devem contemplar a construção de vestiários, cabendo à Casa a criação de um programa de incentivo ao uso de bicicletas pelos funcionários lotados na Assembléia.

De acordo com Uczai, "o modelo de transporte na Capital está saturado e ineficaz. Precisamos incentivar outras formas de transporte e mobilidade urbana, e a bicicleta é uma delas", complementa.



Carlos Kilian

Bicicletas: transporte seguro quando usado em ciclovias

Para saber mais

Ciclovias: espaço viário regulamentado por sinalização destinado à circulação de bicicletas, separado da pista de rolamento de veículos;

Ciclofaixa: espaço viário destinado à circulação de bicicletas contíguo à pista de rolamento de veículos automotores, sendo dela separada por pintura ou dispositivos delimitadores, ou por ambos;

Via de tráfego não motorizado compartilhado: espaço viário regulamentado por sinalização destinado ao uso comum de duas ou mais formas de mobilidades, podendo ser contíguo à rodovia, desde que dela separada por pintura e/ou dispositivos delimitadores, ou em calçada elevada;

Bicicletário: espaço destinado ao estacionamento de bicicletas.

Capital investe em ciclovias

A Capital será contemplada em quatro anos com 25 quilômetros de ciclovias, segundo o secretário de Obras da prefeitura, Aurélio Remor. No período entre 2005 e 2008, a prefeitura de Florianópolis executou 700 metros de ciclovias/ciclofaixa em Canasvieiras, quatro mil metros nos Ingleses e 300 metros no elevado do Itacorubi.

Estão em execução 2.300 metros da Via Marginal Principal Coletora PC-1 – Beira Mar continental, 360 metros da beira mar que liga Florianópolis a São José, 1.200 metros da Avenida Hercílio Luz, 1.600 metros do bairro Agrônômica (ligando o Hospital Infantil ao Beiramar Shopping). Também estão em execução obras de 2.800 metros ligando o

bairro Cachoeira do Bom Jesus a Ponta das Canas, 2.800 metros de ciclovia no Campeche (na Avenida Pequeno Príncipe), 1.100 metros no Rio Tavares (SC-405) e 4.700 metros da Rodovia Baldicero Filomeno. Estão em fase de licitação 1.500 metros da ciclovia que irá ligar o Pântano do Sul a Açores e mais 2 mil metros na rua Osni Ortiga, na Lagoa da Conceição.

Em 2004, a administração municipal já havia construído 1.600 metros de ciclovia na Avenida da Saudade, 900 metros no Tican e 400 metros na Acadepol, perfazendo um total de 2.900 metros. Já o governo executou 9.600 metros de ciclovias na Beiramar Norte, 4.800 na Via Expressa Sul e 700 metros da Udesc, um total de 15.100 metros.



Alberto Neves

Bicicletários e vestiários com chuveiros nas empresas são requisitos para garantir conforto aos usuários de bicicletas